

Deficit de abrangência nas narrativas da contemporaneidade

CREMILDA MEDINA *

RESUMO

O artigo analisa as narrativas da contemporaneidade, na vertente da reportagem, e cruza as práticas jornalísticas com o discurso científico da complexidade. Do intercâmbio inter e transdisciplinar, apresenta os desafios epistemológicos vivenciados nas mediações sociais da comunicação. Dessa forma, o presente texto desliza constantemente entre as narrativas das mídias brasileiras contemporâneas sobre temas emergentes e os suportes teóricos que desenvolveu em sua obra. Apontando as dinâmicas empíricas e a crise dos paradigmas teóricos, o artigo apresenta, ainda, um diagnóstico do *deficit* de complexidade nas práticas interpretativas da experiência coletiva.

Palavras-chave: narrativas da contemporaneidade, jornalismo, complexidade, teoria e prática epistemológica, sensibilidade intuitiva, razão complexa

ABSTRACT

The article analyses narratives of contemporaneity, on the report style, and combine journalistic practices with scientific discourse of complexity. From inter and transdisciplinary interchange, it presents the epistemological challenges experienced in the social mediation of communication. Thus, this text constantly slides between the contemporary Brazilian media narratives about emergent subjects and the theoretical basis developed in their work. Indicating the empirical dynamics and the crisis of theoretical paradigms, the article presents, further, a diagnosis of the complexity deficit in interpretative practices of the collective experience.

Key words: narratives of contemporaneity, journalism, complexity, epistemological theory and practice, intuitive sensibility, complex reason

* Professora titular da Escola de Comunicações e Artes da USP.

POR OCASIÃO DOS dez anos do projeto integrado de pesquisa “O Discurso Fragmentalista da Ciência e a Crise de Paradigmas”, registrei na sétima edição da série Novo Pacto da Ciência, sob o título *Caminhos do saber plural* (1999), uma avaliação dos caminhos e descaminhos da complexidade na reportagem-ensaio, a principal expressão das narrativas da contemporaneidade. A pesquisa, que se constituiu uma decorrência natural do trabalho na graduação e na pós-graduação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, ganhou fôlego em 1990 com o Primeiro Seminário Transdisciplinar que ditou os rumos interdisciplinares do atual “Projeto Plural e a Crise de Paradigmas”, hoje com nove publicações.

Mas ao fim de uma década de experiências epistemológicas, o intercâmbio nacional e externo de pesquisadores que compareceram aos seminários, de articulistas e autores de grandes reportagens, todos abordando temas sociais emergentes e desafios científicos para diagnosticar os impasses do presente, foi possível detectar um discurso afinado sobre a complexidade em contraposição a práticas narrativas em que se verifica a fragmentação das idéias, a dispersão interpretativa dos acontecimentos, a incapacidade de articulação dos nexos de sentido. Ficou evidente no percurso interdisciplinar que «não basta optar pelo pensar complexo. As práticas do Diálogo Social – seja através de mediadores-autores da Comunicação, seja em outras mediações como Ciência e Sociedade ou educador e educando – resvalam, no cotidiano, para reduções esquemáticas ou ideológicas».

Escrevia então no texto do final do século passado: “A oficina da complexidade não dá trégua”. Se a dialogia está no centro da formação do profissional de comunicação, em particular do jornalista, as ferramentas mentais aptas a compor a polifonia e a polissemia em diagnósticos abrangentes complementam os eixos problematizados nos laboratórios pedagógicos. Tem causado certa estranheza quando, em encontros de especialistas da área, levanto esta concepção de «laboratório». Não se trata de projetos tradicionais, também necessários sem dúvida, como jornais, revistas, rádio, televisão, mídias digitais etc. O grande *deficit* provém da ausência do «laboratório epistemológico» que trabalhe com a visão de mundo e as atrofias da sensibilidade, da razão e da ação criativas (2003). O sujeito autor, quer seja comunicador, pesquisador da Academia ou professor, passa por um processo de transformação surpreendente quando exposto, na experiência laboratorial, a essas atrofias.

Na pesquisa aplicada aos temas de grande repercussão nas sociedades contemporâneas, a cobertura da mídia reforça o significado desses eixos na formação dos jornalistas. Encontram-se poucos autores de visão complexa em meio a um oceano fragmentário de diluidores do factual imediato. O que faz lembrar um

momento inaugural de pesquisa sobre «a arte de tecer o presente» (1973), na ECA, em que Paulo Roberto Leandro e eu apontávamos para quatro instrumentos de aferição e aprofundamento compreensivo do real concreto: a humanização dos protagonistas da ação social, o contexto abrangente do acontecimento pontual, as raízes histórico-culturais da situação em foco e os diagnósticos e prognósticos dos especialistas que pesquisam o tema. Aferimos essas tendências nos grandes jornais da época e hoje 35 anos depois, ainda é preciso procurar na mídia e na bibliografia científica essas virtuais possibilidades para armar uma interpretação senão definitiva, pelo menos razoavelmente complexa.

A FORÇA RENOVADA DO JORNAL IMPRESSO

Em uma avaliação da mídia, publicada no jornal *O Estado de S. Paulo* de 4 de agosto de 2008, o dado significativo é o crescimento os veículos impressos nos países emergentes, com destaque para China, Índia e Brasil. O balanço do grupo norte-americano proprietário do *The New York Times* (World Association of Newspapers – WAN) levou o diretor Daniel Chalfon, da agência MPM Propaganda, a afirmar: “É visível que havia um enorme exagero quando se pregava que o jornal ia desaparecer, destruído pelo poder da internet”. Daniel Chalfon conflui com o que sempre defendi – a multiplicidade das mídias e sua complementaridade. No entanto, a euforia neopata das mídias digitais, das novas tecnologias, «doença» com um pico nos anos 1980-1990, se fragiliza quanto à densidade da informação que circula na internet. Chalfon aponta para o maior trunfo do jornal impresso: a credibilidade e a hierarquização das informações. “A velocidade na internet ficou tão grande e tão fragmentada que se perde tempo para chegar ao que se quer ler”, afirma. E como necessidade profissional, confessa um comportamento cotidiano: “Hoje me resolvo melhor para enfrentar um dia de trabalho, lendo o jornal impresso antes de sair”.

Seria o caso de acolhermos essa virtude das mídias impressas como uma prática amadurecida em confronto com as demais mídias? Não é o caso. Se hoje, a mais jovem delas, a digital, ainda procura uma narrativa densa, tensa e sintética, a televisão e a rádio ocasionalmente mostram capacidade interpretativa. Nos jornais e revistas, a autoria aparece com mais frequência, se considerarmos a grande reportagem. Mas há narrativas vigorosas na televisão. Exemplos de jornalismo impresso diário ocorrem com frequência no *Estado* (sobretudo aos domingos); em revistas como a *Veja*; na TV Globo (*Globo Rural*, *Globo News*). Insisto na autoria, pois mesmo em trabalhos de equipe, há marcas de um autor com a competência de reger sentidos dispersos, montar (editar) tempos e espaços, descobrir tendências e lados ocultos da realidade social, lançar-se aos imaginários culturais.

Recentemente, ao participar de um júri do prêmio de jornalismo da Fundação Ayrton Senna, encontrei Ricardo Kotscho, aluno da ECA nos primeiros anos da década de 1970, e ele carinhosamente me cobrou que eu devia escrever um livro intitulado – *Aos meus queridos ex-alunos*. Não sei se o farei, mas aproveito a oportunidade para citar aqui que muitos desses autores que hoje admiro nas diferentes mídias da comunicação social, conheço dos verdes anos de universidade e não rejeitaram nunca o que chamo de laboratório epistemológico. Percebe-se, no seu trabalho, o esforço local por uma visão de mundo que foi sacudida no espaço acadêmico pela crise do discurso fragmentalista da notícia. Os estudiosos levaram para as práticas profissionais motivação e consistência para transitarem do factual epidérmico para diagnósticos abrangentes da contemporaneidade. Muitos voltaram para a pós-graduação e adotaram o saber plural na pesquisa, na prática comunicacional ou como educadores de ensino superior. Agora vêm as gerações da era digital que têm como lastro os que os precederam na era eletrônica ou na era Gutenberg. O diálogo tem sido fluente na perspectiva de graduação, mestrado ou doutorado, especialização ou oficinas de narrativas da contemporaneidade.

Sou otimista com as novas gerações, mas o realismo do processo não oculta os *deficits* constantes e recorrentes. A cada momento histórico, o aprendizado é posto à prova. E esse não é um dilema dos autores nacionais. Sempre cito uma das vozes internacionais que traz consigo um diagnóstico abrangente sobre a atualidade. O francês Gilles Lapouge transforma qualquer acontecimento social em um fato jornalístico de ressonâncias complexas. Valendo-me da expressão de Jacques Le Goff – o historiador escreve *le fait historique* a partir de *l'évènement* (1984) –, o jornalista também produz significados sobre o acontecimento, só que se atém à contemporaneidade. A criação simbólica do fato jornalístico dá a dimensão da autoria. Nas coberturas pontuais, para além do factual noticioso, fragmentado, superficial, surgem aqui e ali narrativas que saltam pela diferença. Um exemplo recente, que não é de Lapouge, mas de um jornalista norte-americano, pôs em evidência a importância do aprofundamento da realidade contemporânea. Para além da atualidade emergente dos jogos olímpicos na China em agosto de 2008, surge um texto interpretativo que compreende esse país nos cantos não iluminados pelos holofotes da festa-show.

REPORTAGENS-ENSAIO E PÉS DE BARRO

John Pomfret, editor da seção analítica *Outlook* do jornal *The Washington Post*, foi chefe da sucursal chinesa em Pequim e escreveu o livro *Chinese Lessons: Five Classmates and the Story of the New China*. Publicou no jornal *O Estado de S. Paulo* de 3 de agosto de 2008 uma síntese dessa experiência, intitulada *Gigante*

chinês tem pés de barro. A tônica geral da mídia brasileira sobre as Olimpíadas se concentra nos esportes e nos esportistas. Os jornalistas da área aproveitaram a rara oportunidade de estar na China para fazer algumas narrativas pontuais, quase sempre com o viés da grandeza e não dos pés de barro. A TV Globo, com seu poder de fogo, se fez presente de maneira mais ampla e enviou repórteres-autores, capazes de descobrir alguns ângulos não permitidos pelo marketing e política oficial da China. Os cadernos e edições especiais que anteciparam o grande acontecimento esportivo mundial, bem ilustrados e diagramados, primam pela fragmentação dos temas. Espalham-se informações e assinaturas em que o leitor não encontra a visão abrangente. O que realmente acontece na reportagem-ensaio da Pomfret.

Na metodologia do trabalho acadêmico, há sempre a dificuldade de o pesquisador encontrar o rumo coerente da investigação. O problema da fragmentação ocorre na ciência como na narrativa da contemporaneidade. Pois o autor norte-americano capta, no relato da China, elementos dos imaginários e da ideologia dos norte-americanos a respeito do gigante. Observa que tem se falado sobre ele quase como a nova obsessão dos Estados Unidos. A onda chegou ao Brasil tanto na produção jornalística, como a na de alguns analistas, empresários e políticos. John Pomfret se remete às versões de seus compatriotas: “Preocupado com o sistema americano de educação? A China torna-se um modelo. Inquieto por causa da nossa prontidão militar? Os mísseis chineses aparecem como ameaça. Incomodado com a minguante influência mundial dos EUA? A China aparece pronta para assumir o nosso lugar”. O experiente autor reverte então essas versões. “Mas será que a China se tornará de fato uma outra superpotência? Duvido”.

O jornalista norte-americano, que estudou na universidade chinesa e acompanhou a grande transformação do país nos últimos 28 anos, confessa que esse é seu segundo lar. Mas não briga contra os dados e a observação sutil que o conduz ao diagnóstico abrangente do gigante com pés de barro. A partir daí percorre as fragilidades e uma delas, pouco tratada pelos jornalistas brasileiros: a questão demográfica. A China, um país de velhos. Ao consultar os demógrafos chineses, Pomfret cita os atuais cem milhões acima de 60 anos e complexo desafio da estimativa de 334 milhões até 2050, com a agravante de cem milhões acima de 80 anos de idade. Que fazer com eles? Dar pensões? Mas hoje menos de 30% dos chineses urbanos as têm e nenhum dos 700 milhões de agricultores dispõe delas. Para os analistas mais radicais, a demografia chinesa é uma bomba-relógio, uma tragédia humana em câmara lenta. O autor então ironiza: “Não se passa um único mês sem que um estrategista em Washington papagueie que a economia chinesa está ultrapassando a americana”.

Na teia de significados de um diagnóstico abrangente, não é possível abraçar todos os ângulos, mas, por outro lado, ficar insistindo em um único – em geral a visão economicista dos acontecimentos – leva à redução e não à complexidade. Este texto sobre a China é um bom exemplo de que o autor compreende com sutileza uma parcial e escolhida articulação dos dados, comportamentos e informações especializadas. Por isso mesmo elegeu a demografia, a economia, meio ambiente e autoritarismo de Estado. Assim, ao contrário do que se apregoa sobre o gigante, o autor produz uma visão densa, tensa e sintética de determinado tripé desmistificador do futuro pujante: «demografia falida, ideologia sem apelo popular e poluição». É claro que a mídia livro, também praticada pelo jornalista, amplia o quadro de informações que vem reunindo, o que a torna complementar e não corrente com a mídia impressa diária. Trabalhos assim do jornalismo diário ou periódico se guardam ou não. De toda a forma contribuem para o processo de interpretação das sociedades contemporâneas.

COMPLEXIDADE NO MUNDO DAS IDÉIAS

As teorias sistêmicas, o pensar complexo e o discernimento dos conflitos na noção de processo ganharam em Edgar Morin um vocalizador incansável no século passado. Nenhum estudioso que quer aprofundar seu conhecimento do mundo e desenvolver metodologias compreensivas no trabalho empírico, passa ao largo da epistemologia propugnada na obra do pensador francês e sintetizada no livro em co-autoria com Jean-Louis Le Moigne, *A inteligência da complexidade* (1999). No que se refere à remissão teórica em teses de doutorado, dissertações de mestrado, artigos científicos, a presença das citações aos epistemólogos é fartamente disseminada, acima de tudo na comunicação social. A partir dos anos 1970, no primeiro curso de pós-graduação da América Latina nessa área (USP, 1972), Edgar Morin já era legitimado no universo acadêmico. O estímulo que provocava nos pesquisadores, deslocava as visões reducionistas da indústria cultural para o complexo e contraditório processo da produção simbólica. Há de se sublinhar, porém, que a prática da razão complexa nas narrativas da contemporaneidade corre atrás do declarado entendimento teórico.

Na proposta interdisciplinar se percebe exatamente a mesma defasagem: embora os cientistas alocados nas várias disciplinas de conhecimento reconheçam a importância do diálogo ou melhor, do «pluralismo», bem como identifiquem a arrogância das hierarquias positivistas (2000), persistem as resistências na práxis interdisciplinar em torno de demandas humanas e sociais que são transdisciplinares. Pode-se observar este fato ao longo dos 18 anos da experiência do “Projeto Plural e a Crise de Paradigmas”. Esse pulo substantivo do mundo das idéias para a operação concreta diante das emergências históricas

ou, o que mais desafia a mente complexa, os fatos imponderáveis da vida, tem sido o fato pedagógico dos laboratórios da epistemologia da complexidade. Além da bibliografia que presentifica as concepções teóricas, tem sido oportuna a fruição de narrativas de jornalistas-autores que dão respostas substantivas nos seus relatos e representam avanços na arte de tecer o presente. Nas discussões de grupo, enriquecem o exercício pragmático de cada pesquisador.

Teóricos de outras áreas, seja nas ciências sociais, nas biológicas ou da natureza, têm demonstrado em seus textos que é possível tomar a contemporaneidade factual e criar nexos de significado que ultrapassam suas disciplinas. Os médicos constituem um bom exemplo e os livros que registram os encontros do “Projeto Plural” vêm recheados de testemunhos eloqüentes em situações-limite como as de infectologistas que lidam com aids, neurocirurgiões que intervêm no cérebro, sanitaristas que desenvolvem políticas de saúde pública ou generalistas que avaliam a relação médico-paciente. As situações e os impasses que têm a coragem de trazer à discussão interdisciplinar contêm elementos que transcendem as heranças teóricas e põem a nu crises, no fundo, transdisciplinares – no domínio das relações humanas. Se a comunicação ocupa um lugar privilegiado nesse embate, é justamente o de promover a dialogia dos conflitos e animar práticas convergentes que se debruçam sobre os temas, comportamentos e visões de mundo da atualidade.

No laboratório da epistemologia da complexidade acontecem leituras de ensaístas que oferecem uma contribuição imprescindível para as narrativas da contemporaneidade. Escrevi recentemente para a revista da Fundação Memorial da América Latina (2008) sobre a fértil criatividade do ensaio no Continente. Poetas e ficcionistas se dedicam também ao ensaio, entre muitos, Carlos Fuentes; sociólogos e ensaístas como, entre tantos, Antonio Candido; médicos e pensadores como, em meio aos que estão atuantes, um que já nos deixou, Pedro Nava. O gênero que une carne e osso da vida cotidiana, observação-experiência do mundo coletivo, sintonia fina com o comportamento humano e reflexão abrangente sobre a cultura, revela a intuição criadora dos autores e contagia, pela ousadia, os futuros ensaístas. Pesquisadores iniciantes, aprendizes da metodologia do trabalho científico ou estudiosos travados nas hierarquias duras da ciência, ganham na ensaística novas forças para se lançarem à compreensão dos fenômenos.

QUANDO A PRÁTICA SE CASA COM A TEORIA

Um desses ensaios inspiradores foi publicado na obra organizada por Octavio de Barros e Fabio Giambiagi, *Brasil globalizado* (2008). Seria oportuno que todos que falam com ligeireza em *globalização*, lessem o primeiro texto dessa obra, assinado pelo sociólogo Fernando Henrique Cardoso. Dotado de erudição e

rigor teórico, o ex-presidente mobiliza no ensaio de 60 páginas um volume de informações invejáveis que articulam um panorama internacional contemporâneo, cujos eixos epistemológicos se movimentam na economia, na sociologia, na história e na cultura. Sem qualquer euforia progressista, o autor não baliza a globalização como um fenômeno de data marcada no século XX, mas analisa, no contexto das tecnologias e das comunicações, os momentos de aceleração e crise desse processo. Ao se deter no caso paradigmático dos Estados Unidos, acompanha o êxito na geopolítica e na economia, mas não esquece os valores culturais que lhe deram uma liderança ímpar até a virada do século passado. Entre esses valores, Fernando Henrique traz a primeiro plano, a capacidade inovadora, organizacional, tecnológica e o espírito de liberdade. Todos articulados em um lastro cultural histórico que, quer queiram ou não os críticos do modelo de sociedade norte-americano, espalhou encantamento e se espelhou com vigor inabalável no cinema.

Ao examinar os quadros sociais mais recentes e a crise das hegemonias, o ensaísta pratica a epistemologia da complexidade no pluralismo contemporâneo e se detém com profundidade nos Estados emergentes, os BRICs. O mundo multipolar do século XXI, ao mesmo tempo interligado e conflituoso, exige das mentalidades a superação dos dualismos. Brasil, Rússia, Índia e China sacodem o cenário dos velhos ricos, alteram profundamente as lógicas tradicionais do desenvolvimento e subdesenvolvimento, tema afinal referência da obra do jovem sociólogo Fernando Henrique Cardoso. Apesar da atualização que o leva a compreender o novo lugar do Brasil no mundo, não se deixa impregnar por convicções fáceis como o declínio dos Estados Unidos frente à China ou a pompa histórica da União Européia frente às demais forças internacionais. O ensaio corre cuidadoso, sempre municiado de dados e questionamentos. Ou pontuado pela virtude do gênero: interrogar mais do que afirmar.

A crise do Estado Nacional, assunto que foi debatido na série Novo Pacto da Ciência no título *Agonia do Leviatã* (1996), converge com a análise de Fernando Henrique. Também nesse campo ele apreende variáveis mutantes que convivem no mundo contemporâneo, sem assumir o proselitismo de determinado modelo de Estado Nacional. No próprio caso brasileiro, explana com serenidade as experiências democráticas pós-ditadura militar chegando ao governo de Luis Inácio Lula da Silva e passando por ele próprio, vendo-se no conjunto de alternâncias e não na primeira pessoa. Com propriedade analítica passa pela incompreensão dos críticos à globalização no que tange às privatizações, por exemplo, que promoveu no seu governo. Mas se já então tinha perspectiva histórica do que estava fazendo, hoje escreve com clareza sobre etapas que o precedem e etapas que o sucedem. As opções do Brasil no século XXI, o último

capítulo do ensaio, são remetidas para o *puzzle* contemporâneo, em que não há espaço para a homogeneidade político-econômico-cultural. Uma frase que quero destacar neste pensar complexo do autor: “Nada assegura que a História deva caminhar na direção de qualquer equilíbrio”.

A questão do equilíbrio à luz das mediações políticas e diplomáticas entre os Estados se reproduz entre os poderes e a cidadania no âmbito das sociedades nacionais, regiões de um país ou qualquer agrupamento comunitário. Sob a égide democrática, a comunicação social joga papel rico e complexo nos conflitos. Por isso mesmo se ressentem dos cerceamentos nos Estados autoritários (2001). A Olimpíada de 2008 desnudou a *muralha digital da China*, com a censura explícita à circulação de bens simbólicos na internet. Em qualquer sociedade democrática ou nas regulações que regem o concerto das Nações, a luta por equilíbrio, embora sem garantia de êxito, exige uma ação comunicativa de que Habermas é um analista consagrado (1987). A prática da complexidade nesse jogo de forças conflituosas – que sempre representam interesses e poder – se realiza na complementaridade da política, diplomacia, intervenção jurídica e comunicacional. Daí que os comunicadores, produtores das narrativas da contemporaneidade, são parceiros e não coadjuvantes na dialogia dos diferentes, dos opositores, dos que carecem de voz perante as vozes oficiais.

Tanto Habermas como outros cientistas sociais legitimam a comunicação social na busca pelo equilíbrio de forças sociais. Muitas vezes a interpretam como auxiliar útil na ação comunicativa regida pela sociologia, pela política, pelo direito ou pela diplomacia. Outras vezes a acusam sem solidez argumentativa, valendo-se apenas da ideologia da manipulação das consciências. Para os pesquisadores que vivem por dentro o processo de comunicação, porém, a interdisciplinaridade reforça a disciplinaridade, esta, na comunicação social, constituída pela linguagem dialógica. Os autores de ciências sociais cultivam a vertente racionalista da ação comunicativa, enquanto, na comunicação social, a interação social criadora se dá no *Signo da relação* (2006) que pressupõe a conjugação de três virtualidades – intuição afetiva/razão complexa/ação *solidária*. Ainda uma vez se chama à cena o laboratório pedagógico, pois a tendência teórica é acentuar a racionalidade (que, no meu entendimento, sem a intuição afetiva, se torna facilmente esquemática, descarnada do ser afeto ao Outro). E, por outro lado, gramáticas profissionais reforçam o reducionismo em fórmulas. Assim, o ato comunicacional não se realiza, pois vira rotina da divulgação de informações fragmentárias, muitas vezes autorizadas pelas fontes de poder.

Daí a importância da experiência sensível do contato com o mundo vivo, que sacode a rotina técnica e desperta uma curiosidade mais atilada para ir à bibliografia e dela retirar noções epistemológicas mais coetâneas com as

interrogantes do real imediato. Persistindo na questão da complexidade, um premiado ensaísta, professor de história da filosofia da Universidade de Zaragoza oferece para políticos, jornalistas e cientistas sociais uma significativa contribuição. Daniel Innerarity ganhou o Prêmio Miguel de Unamuno e foi considerado pelo jornal *Le Nouvel Observateur* como “um dos 25 grandes pensadores do mundo inteiro”. Seu livro, *A transformação da política* (2002), tem sido leitura coletiva de meus alunos, pois faz um diagnóstico abrangente sobre os conceitos que regeram a prática política no século XX e provoca políticos, eleitores ou qualquer cidadão para as necessárias mutações da nova lógica social. Esta, tecida, com também diz Fernando Henrique Cardoso, pelo novo pluralismo. Innerarity acrescenta o novo antagonismo, as políticas da identidade, da visibilidade, da segurança e da natureza. Ao diagnóstico que transita na teia complexa dos conflitos, Innerarity chega ao seu momento culminante como analista das sociedades contemporâneas, com ênfase, é claro, na Europa que tão bem conhece.

A cultura política assim transformada exige a ação política transnacional. Nos limites do Estado Nacional, que persistirá, os governos precisam se preparar para atuar numa sociedade complexa; torna-se necessária a dialogia, a negociação, uma vez que “boa parte do atual desconcerto ideológico provém de a direita utilizar uma linguagem progressista e a esquerda falar em chave conservadora”; e essa negociação dialógica parte da compreensão de que “o curso do tempo continua a existir, mas já não indica o caminho da servidão para a liberdade: indica o da complexidade para uma maior complexidade”. Para o autor, “o principal problema que defrontamos não é o de realizar a revolução ou substituí-la por reformas parciais, mas o de procurar a coexistência de tipos completamente heterogêneos de homens, culturas, tempos e instituições”. Às novas gerações propõe: “O futuro será de quem conceber adequadamente o misto, o complexo e a articulação do heterogêneo”.

MACROCENÁRIOS DAS NEGOCIAÇÕES

O jornalista e o analista da atualidade sempre se situaram no espaço do conflito. Em situações extremas como as guerras ou os Estados autoritários, com risco de vida. Mas o cotidiano também é um processo de confrontos. As eleições trazem à tona o que pode ficar invisível em outras épocas. O homem e o seu meio ambiente estão descasados, em briga desvairada; o mundo da economia, basicamente capitalista, já se sabe, das lutas de classe, de corporações, de regiões, de multinacionais etc; nas pequenas e médias comunidades, organizadas ou não, a luta pelo poder assume formas desumanas. Afinal, em que espaço social se recupera o Paraíso? Agulha no palheiro que o repórter bem intencionado,

em busca do acontecimento positivo e emulador, dificilmente encontra no dia-a-dia da agenda jornalística.

Apesar de os microcenários de conflito serem inerentes à experiência humana, a sedução pelos macrocenários enche os olhos e ouvidos dos pauteiros das narrativas da contemporaneidade. E é nessa macronarrativa que se procuram visões articuladoras em meio a uma fragmentação desprovida de diagnósticos abrangentes. Exemplo dessa fragmentação é a narrativa da internet. Mas as mídias impressas que se vangloriam, em seu marketing editorial, de aprofundar a interpretação dos acontecimentos, não fogem à prática fragmentalista. As exceções ocorrem em produções autorais, individualizadas, em que se encontra o exercício do pensar complexo, propugnado por Innerarity, Morin e outros epistemólogos. Tomo a liberdade de acrescentar o exercício pleno dos cinco sentidos. Damasio (2003), Del Nero (2002) e Restrepo (2001) descrevem, a partir das neurociências, a primazia do contato sensível e sensorial com o mundo para estimular a racionalidade articuladora dos sentidos das coisas e a ação solidária transformadora. Então a possibilidade de sentir-pensar-agir se consuma: perante o caos da realidade, cria um cosmos simbólico – a narrativa.

Ao ler a recente cobertura jornalística nacional do embate de Doha, em julho de 2008, foi difícil colher subsídios para que o leitor distante do acontecimento formasse um cosmos minimamente abrangente. A fragmentação do tema – o comércio internacional – em páginas de economia (ou blocos das mídias eletrônicas), por si fraciona o assunto em estilhaços de caos. Curioso que um título de editorial do jornal *O Estado de S. Paulo* vem ao encontro dessa percepção – *Juntando os cacos de Doha* (edição de 1 de agosto de 2008). A metáfora serviria perfeitamente para representar o trabalho do leitor – “juntando os cacos da cobertura jornalística” ao longo de dez dias. O editorial chega a um diagnóstico: “O mundo fica mais perigoso para o comércio internacional com o colapso da Rodada Doha”, afirma a primeira frase do editorial, uma avaliação que pretende resumir a “imposição da lei do mais forte”.

Esta opinião não se identifica, à partida, com a ideologia da empresa jornalística; pretende representar a frustração geral das autoridades brasileiras, da diplomacia à presidência da República, que nas palavras do jornal, lamenta o fato de os negociadores não terem chegado a uma composição equilibrada entre as economias de todos os tamanhos. As peças no xadrez internacional, que se movimentavam no lastro da herança da Rodada Uruguai, concluída em 1994, só atingiram um mínimo de ordem na Organização Mundial do Comércio. A dinâmica histórica, porém, anuncia riscos iminentes, com o protecionismo agrícola dos Estados Unidos frente à crise energética. Supõe o editorial do *Estado* no fim de Doha:

Uma rodada bem sucedida teria produzido três grandes benefícios – um comércio mais amplo, porque mais livre e equitativo, mercados mais seguros para todos os produtores e a superação de alguns dos velhos conflitos. A multiplicação de processos na OMC deverá ser uma das conseqüências e o governo brasileiro, segundo o chanceler Celso Amorim, está disposto a iniciar novas ações contra subsídios americanos.

Ao observar sistematicamente a estilística dos editoriais, nota-se uma expansão da trama interpretativa em lugar da opinião taxativa. Essa densidade se expressa particularmente no jornal *O Estado de S. Paulo* que já na década de 1980 proclamava a articulação entre informações colhidas pelos jornalistas e análise dos editorialistas (jornalistas experimentados em diálogo com os diretores e empresários do jornal). O grau de complexidade dos argumentos e opiniões explícitas ganha muito com essa coordenação entre o mundo vivo e o mundo das idéias. Por isso, não é de estranhar que, muitas vezes, enquanto a cobertura jornalística de um macro-acontecimento corre solta e fragmentada, saem editoriais no *Estado* que marcam pela textura interpretativa de certas facetas do contexto sócio-político-econômico. O jornal dá um bom exemplo ao citar o trabalho dos jornalistas em campo para cimentar as avaliações e inferências desses cenários.

Foi o que aconteceu na cobertura de Doha em julho de 2008. A edição de quinta-feira, dia 31 de julho, do referido jornal traz peças que se destacam, por armar a rede de significados dispersos ao longo dos embates na Suíça. *O Brasil pós-Doha* dá uma síntese interpretativa das idas e vindas do conflito diplomático, político e econômico no editorial e, em lugar de se postar numa atitude negativa perante os percalços e frustrações, encerra com perspectivas de futuro:

A boa novidade foi a disposição do chanceler Amorim de se deslocar do Mercosul e de batalhar pela conclusão de um acordo interessante para o Brasil, sem se deixar amarrar pelos parceiros de bloco ou de alianças estratégicas, que foram os pilares da política externa petista. Se essa disposição for mantida, talvez possa haver de fato a indispensável revisão da diplomacia comercial do País.

O contraponto da visão especializada se encontra, na mesma edição, assinado por um diplomata, Luiz Felipe Lampreia, que, em seu artigo da página fronteira à dos editoriais, aborda o tabuleiro de xadrez internacional, incluindo os atores Estados Unidos, Europa e China, e defende com consistência a ação do Itamaraty ao longo das últimas décadas.

A diferença de um artigo como este e outro de comentarista econômico, na mesma redação jornalística, pode se medir pelo arsenal de informações do

diplomata e a metralhadora giratória do comentarista, representando a sumária fiscalização do Quarto Poder, tradição do jornalismo liberal. Assinaturas desses espaços de opinião, que não se confundem com análises rigorosas, primam por assumir posições de tribuna ou púlpito com a ambição de emitir julgamentos definitivos. O leitor mais atilado os deixa de lado, ao perceber a fragilidade dos juízos de valor. Vê-se então na contingência de buscar elementos de compreensão do acontecimento no mosaico da cobertura. Neste caso, entrevistas com o chanceler Amorim, declarações do Presidente Lula, reportagens dispersas sobre o ambiente do encontro, momentos específicos das negociações, ou melhor, da ausência de negociações. Os jornais, de maneira geral, conservam o hábito de estratificar ou «cadernizar» o tema, dividir em blocos cada tema (que na gíria antiga das redações se chamavam de «retrancas») e assinar à farta esses estilhaços do mosaico como se os repórteres produzissem visões abrangentes e autorais dos acontecimentos. Há de se ressaltar: poucos mas destacados autores fazem jus à assinatura das narrativas da contemporaneidade.

Na pesquisa sistemática da mídia, a cobertura da Rodada de Doha, lançada na Suíça em 2001, pressupõe, como outros temas dos macrocenários, um lastro histórico-cultural desafiador para a interpretação mais sutil. Mas é raro repórteres e analistas saírem do espaço e do tempo econômicos, políticos e diplomáticos. A *Arte de tecer o presente* (2003) não prescinde nunca da interface cultural. Qualquer acontecimento lido apenas na aparência (como a do conflito político-econômico) remeteria, numa produção simbólica sutil, para a rede invisível de significados provenientes da cultura. Grandes esforços de cobertura da atualidade trazem à superfície dados muito oportunos, mas falta a leitura sutil das marcas identitárias, dos imaginários coletivos. Um tema econômico como o comércio internacional ou o encontro assimétrico dos interesses, traz consigo essas digitais do conflito dos diferentes. É raro, porém, encontrar desbravadores desses traços culturais subjacentes à chamada realidade objetiva dos acontecimentos.

Um bom exemplo recente, a caprichada edição da revista *Veja* de 23 de julho de 2008, ao editar as vitórias do Brasil na globalização, reuniu um conjunto de dados que ficam à disposição do leitor para consulta de informações. A excelência dos infográficos, da diagramação e da fluência da redação dos textos salpica a narrativa com personagens que ilustram os dados estatísticos e com breves declarações de fontes especializadas. O caráter de verbetes informativos não chega à versão contemporânea do ensaio interpretativo como o faz a Enciclopédia Einaudi, já citada neste texto, entre vários volumes, o de História (1984). Ao verbete de informação jornalística falta a trama ensaística da compreensão cultural.

A REAFIRMAÇÃO DA GRANDE REPORTAGEM

Nos tortuosos caminhos do projeto de formação profissional, há os arautos corrosivos que ignoram resultados históricos e não percebem as ilhas de excelência: profissionais-autores que sustentam o aprendizado e o aperfeiçoamento da visão de mundo e da mentalidade complexa, sensível e solidária com que atuam na sociedade. Lembro sempre a meus alunos, a angústia de um grande poeta moçambicano que já morreu. Quando trabalhava com os escritores de língua oficial portuguesa na África, em 1986, José Craveirinha confessava: “não me sinto digno de ser poeta do meu povo, luto constantemente para sê-lo”. Transpus essa noção de dignidade da poesia para os que, na comunicação, se investem de mediadores-autores nas sociedades contemporâneas. Daí a luta cotidiana do adensamento teórico-prático nas escolas de comunicação.

Os neopatas e os catastrofistas seguidamente decretam a morte de determinados fenômenos. Há os que apregoam, por exemplo, a morte do romance; outros proclamaram a morte da grande reportagem. No caso desta última, como explicar a força das edições especiais tanto na mídia impressa (jornal e revista) como na rádio e, em particular, na televisão? Se os estudiosos se detivessem no mapeamento dos documentários do Globo Rural sobre temas que vão dos comportamentos da sociedade interiorana brasileira à biografia do jacarandá ou à do queijo Roquefort, teriam assunto para teses acadêmicas na comunicação social. E por falar em documentário, como passar ao largo da extensa obra cinematográfica do paradigmático Eduardo Coutinho? Se alegarem que a narrativa de fôlego exige investimento econômico e profissionais autores, então estamos de acordo - efetivamente essa manifestação só subsiste em empresas que reúnem esses pressupostos, investimento financeiro e autoria.

Nesse contexto surgem revistas como a que foi lançada pela empresa *O Estado de S. Paulo* que, a exemplo da edição de *Veja* sobre o Brasil e a globalização, adotou o princípio da edição temática – *Megacidades*. O lançamento do projeto *Grandes Reportagens*, em agosto de 2008, reafirma e legitima o esforço jornalístico de interpretação da contemporaneidade. A narrativa viaja pelas macrometrópoles e vem desaguar em São Paulo que enfrenta, em quinto lugar, as grandezas e sufocos das 25 cidades do mapa do século XXI. No século urbano, as megalópoles são cada vez mais «terceiro-mundistas», na leitura que a edição faz das estatísticas populacionais. As reportagens que abordam as principais concentrações urbanas, são assinadas por repórteres, enviados especiais. A narrativa compósita de técnicas de reportagem acopla, em separado, algumas entrevistas, veiculando vozes da sociologia, história e urbanismo; outros jornalistas se encarregam de editar, em terceira pessoa, um texto polifônico;

São Paulo, que está representada em um espaço maior, inclui um artigo do governador José Serra.

A megacidade ou “a mancha urbana que cresceu a ponto de emendar São Paulo a Campinas, uniu 65 municípios e hoje abriga 12% da população brasileira”, ocupa 38 das 118 páginas da edição. Também aqui no exemplo anterior da *Veja*, o desdobramento dos subtemas segue o princípio tradicional da fragmentação. A grande reportagem, nome do novo projeto do *Estado*, oferece preciosas informações que desafiam o leitor a tecer um diagnóstico abrangente sobre o inquietante fenômeno da migração do campo para a cidade que se acelerou no século XX e vem explodir nas megacidades do século XXI.

A oficina epistemológica enfrenta, pois, esse impasse da fragmentação, detectado nas discussões interdisciplinares do Saber Plural, de forma sistemática, desde 1990. O discurso fragmentalista da ciência e a crise de paradigmas, diagnosticado por físicos, químicos, matemáticos, médicos, psicólogos, sociólogos, antropólogos, historiadores, educadores, biólogos, artistas, teólogos e mediado por comunicólogos, deslocou a questão para a esfera transdisciplinar. Não para isentar os profissionais da comunicação de trabalharem com a mentalidade partitiva, mas para situá-los em um contexto histórico-cultural que ascende ao momento culminante da formação das disciplinas científicas. Que o diga Augusto Comte em seu *Discurso sobre o espírito positivo* (2000). Em meu livro mais recente (no prelo), parti em busca dessas raízes e elas se tornam muito expressivas se chagamos a outro discurso, anterior ao de Comte, o *Discurso do método*, de René Descartes (2008).

Ciência e jornalismo, da herança positivista ao diálogo dos afetos, título dessa viagem que realizei, se propõe situar os dilemas de ambos os campos de atuação numa esfera comum. Havia, no primeiro seminário transdisciplinar sob o título de “Novo Pacto da Ciência” (1991), uma súmula de noções em crise que permanecem atuais, quando se analisam as práticas comunicacionais. Trata-se de mudanças da visão de mundo e dos modos de operar na produção simbólica que foram debatidas em vários ambientes acadêmicos nacionais e internacionais nos últimos 20 anos. A bem da verdade essas noções provêm da crise de paradigmas na física quântica, mas seu exame é válido em qualquer área de conhecimento. Passo a enumerá-las:

1. Da noção de sujeito e objeto, passamos à noção de sujeitos intercondicionantes, num processo de reversibilidade;
2. Da noção de causa e efeito, passamos à noção de intercausalidade, numa rede de forças que se interagem;
3. Da noção de massa destrutível ou massa indestrutível, passamos à noção de que a massa está em transformação;

4. Da noção de universo sólido, passamos à noção de universo poroso, como um exame, um redemoinho;
5. Da noção de substância e acidente, passamos à noção de relação complexa;
6. Da noção de que existe o ser da matéria e existe sua atividade, passamos à noção de que o ser da matéria e sua atividade não podem ser separados; constituem aspectos diferentes da mesma realidade;
7. Da noção de certo e errado, passamos à noção de que os dados da realidade não estão hierarquizados e sim, vinculados à noção de coerência, de encaixe e sustentação no todo.

Quando, no início dos anos 1990, se enunciavam estas noções, ocorria certa estranheza no fato de remetê-las para a prática jornalística. Mas tão logo essas ferramentas mentais eram levadas aos exercícios e experiências dos laboratórios epistemológicos, se tornavam imprescindíveis na mudança de paradigmas. O sinal de alarme disparava quanto aos equívocos ideológicos, os reducionismos e precariedade das análises. Os conceitos estratificados se mostram incapazes de construir a compreensão abrangente dos acontecimentos contemporâneos. Os estudos críticos da mídia levados à sala de aula, congressos e seminários vão confirmando, do fim do século passado à primeira década do século XXI, a emergência de noções transdisciplinares citadas acima, em lugar dos postulados das gramáticas inerciais.

Ao pesquisar a cobertura da maior tragédia aérea da aviação comercial brasileira, o acidente em São Paulo com o Airbus 707-300 da TAM, no dia 17 de julho de 2007, Sinval Medina e eu constatamos nos dois grandes jornais – *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* – as limitações epistemológicas de uma narrativa que ultrapassou em espaço jornalístico qualquer outra. A magnitude coletiva da emoção, com a perda de 199 pessoas e a proximidade do acidente, certamente pesou nos dados quantitativos e no alargamento qualitativo das edições que se projetaram para a crise aeroportuária nacional. Apresentamos esse trabalho, cinco meses depois, em um encontro europeu organizado pelo *Réseau des Centres Méditerranéens de Formation Multimedia*, na Universidade Fernando Pessoa no Porto, e os pesquisadores europeus se mostraram muito interessados pelo diagnóstico da cobertura. Além da repercussão internacional da tragédia, o tratamento dado pela imprensa brasileira foi discutido no âmbito de algumas variáveis epistemológicas que são transnacionais.

Uma delas, de particular significado em narrativas desta natureza, é a *monocausalidade*. O percurso simbólico para compreender a *intercausalidade*, no caso, do acidente, é moroso e muitas vezes não alcança o fluxo de tempo da

atualidade imediata. A busca do *causador único* é uma recorrência limitante do sentir-pensar-agir complexo. Esta parece ser uma das noções travadas. Mas as demais enumeradas acima constituem, a seu modo, desafios semelhantes. Em exercício laboratorial, se escolhem algumas delas e o que acontece invariavelmente é a herança persistente do raciocínio raso que se dispersa no labirinto e no bombardeio de informações fragmentadas.

TEORIAS DOS AFETOS OU O GESTO DA ARTE

Quando sinto exaustão do debate paradigmático e das práticas reducionistas, me realimento na arte. Esta, em todas as suas manifestações e especialmente na literatura, tem a virtude de estimular a sintonia sensível e perspicaz com as situações humanas. *O gesto da arte ou povo de personagem* (1996) se fazem presentes no laboratório do “Saber Plural”, mas em lugar da instrumentalização da obra de arte, prefiro comungar a experiência intuitivo-sintética. Partilho com meus alunos o encantamento ou a fruição da arte, o que resulta em motivação para melhor compreender traços de identidades culturais. O artista, por princípio, é solidário ao rosto do povo que o abriga. A teia complexa de uma sociedade se espelha, com sutileza, nas particularidades artísticas. Mergulhar na poética abre os poros atrofiados para os significados humanos universais e atualizados pela cultura em determinada sociedade. A experiência é inesgotável, o que sugere a cada semana, na sala laboratorial, a pedagogia dos afetos – cidadão e artista a ele contemporâneo ou aqueles que legaram o gesto do passado na história da arte.

Venho registrando esse prazer coletivo em reflexões anteriores, de forma que a leitura cultural por meio da arte se tornou braço necessário da epistemologia da complexidade. Mas quero salientar a própria motivação (ou paixão) que levo aos parceiros em horários de trabalho nos níveis de graduação, pós-graduação, especialização ou oficinas das narrativas da contemporaneidade. Sempre socializo essa experiência cotidiana, tão necessária quanto os estudos bibliográficos e as práticas comunicacionais. Por exemplo, peguei o vício – no melhor dos sentidos – de viajar da Europa para o Brasil em vôo diurno, que me dá o conforto de dormir em casa. Apesar da viagem ter outros atrativos, inclusive o cinema que também é meu vício atávico, tenho adotado a ficção como ato lúdico na travessia do Atlântico. Em duas últimas viagens retomei uma escritora portuguesa que conheci em 1982, quando trabalhava com a literatura contemporânea de Portugal. Teolinda Gersão surgiu no conjunto dos ficcionistas, poetas e ensaístas como uma diferenciada autora da língua portuguesa. Imagine-se o que aconteceu dessa época até a ficção que hoje escreve.

Na última viagem, em julho de 2008, me debrucei no apertado espaço da classe turística dos aviões sobre o romance *A árvore das palavras*, em 6ª edição (2008). Teolinda, que viveu até a adolescência em Moçambique, tece neste livro a particularidade de uma menina na primeira parte, a mãe que sai de Portugal para casar com um português em Lourenço Marques (hoje Maputo) na segunda parte e, na última parte, outra vez a menina já aos 17 anos, que termina por se mudar para Lisboa. Não é uma autobiografia: a autora, professora universitária da área de Letras, com doutoramento na Alemanha, realmente viveu em Moçambique na infância e adolescência. Mas fazendo jus à sua excelência literária, cria narradores distintos em sua obra romanesca. Narradores que podem ser femininos ou masculinos, crianças, adolescentes, adultos ou idosos. Sabe como poucos representar a voz plural de um povo. Daí cultivar as sintaxes da oratura. Em *A árvore das palavras*, trabalha, como o moçambicano Mia Couto, com a sintaxe mestiça da África, ainda que seja catalogada entre os pares da literatura em Portugal.

O que me tocou neste romance foi a sutileza e a complexidade com que a artista convida o leitor a se fundir no mural coletivo, ainda que por meio de histórias de vida personalizadas. A cena de Lourenço Marques sob o colonialismo português aparece transfigurada, com vigor ímpar, pela originalidade moçambicana. Quando conheci Maputo, em 1986, onze anos após a independência, que pena não ter na mão este romance. Estaria mais bem preparada para o ato de compreensão dos traços culturais da jovem nação africana. Moçambique não se confunde com nenhum outro país de língua oficial portuguesa e é a arte que registra suas digitais. Teolinda Gersão publicou este livro em primeira edição em 1997 e, ao lê-lo nos dias atuais, as imagens de meu primeiro contato adquirem novas tonalidades pelas mãos da menina, sua personagem. A Lourenço Marques que não conheci e a da adolescente de 17 anos às vésperas da descolonização, me fazem sentir as pulsações de Maputo pouco tempo depois. O afeto que senti pelo povo moçambicano se desborda na poética subjetiva da personagem (quem sabe, a própria Teolinda) que se vê obrigada a deixar o Índico para terras atlânticas.

A jovem se ressentia com a partida,

Som de África, penso pegando numa maçala seca e escutando, junto ao ouvido o bater das sementes. Som de África, perto e longe. Como um búzio.

Terá de se abrigar na casa das primas de Lisboa. Os sons mágicos de Moçambique se quebrarão: uma perda definitiva.

Na narradora de Teolinda Gersão, escritora bem situada na Europa (muito premiada e traduzida), os ecos da África e uma síntese cultural – dessas que

só artista sabe expressar na sua intuição criadora – traça um confronto entre sociedades:

Tudo favas contadas, penso. Tudo favas contadas. A prima de África terá naturalmente de ajudar no serviço da casa, e para isso vá sendo sugerido desde já oferecemos-lhe lugar no quarto da outra, que também ajuda no serviço da casa – porque é claro que quem vem de fora e se acolhe por favor a bem dizer não possui quaisquer direitos e tem de merecer o seu pão servindo os que estão dentro – A vida estreita e pasmada, a falta de ar e de espaço no país-casa-das-primas. Seja como for, não tenho alternativa. Não tenho alternativa.

Não vale a pena contar mais. O leitor brasileiro, que pouco sabe de Teolinda Gersão, pode descobrir o enredo da árvore das palavras mestiças. Se for um jornalista que queira ampliar sua compreensão de povo e sociedade. Por certo, o gesto desta e de tantos outros artistas nos torna mais afetos à rede complexa de significados da contemporaneidade. ■

REFERÊNCIAS

- BARROS, Octávio de & GIAMBIAGI, Fabio (orgs.) (2008). *Brasil globalizado*. Rio de Janeiro: Campus (ver ensaio de Fernando Henrique Cardoso, “Um mundo surpreendente”, pp. 3-62).
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (2002). *Minorias silenciadas*. São Paulo: Imprensa Oficial; Fapesp e Edusp. (ver Medina, Cremilda. “As múltiplas faces da censura”, pp. 421-434).
- COMTE, Auguste (2000). *Discurso sobre el espíritu positivo*, 9ª edição (versão e prólogo de Julián Marías). Madri: Alianza Editorial.
- _____. (1984). Enciclopédia Einaudi, 1. *Memória e História*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda (ver verbete-ensaio de Jacques Le Goff, “História”, pp. 158-259).
- DAMASIO, António (2003). *O erro de Descartes*. São Paulo: Companhia das Letras.
- DEL NERO, Henrique Schützer (2002). *O sítio da mente. Pensamento, emoção e vontade no cérebro humano*. São Paulo: Collegium Cognitio.
- DESCARTES, René. *Discurso do método* (2008). Porto Alegre: L&PM.
- GERSÃO, Teolinda (2008). *A árvore das palavras*. 6ª edição. Lisboa, Sextante Editora.
- HABERMAS, Jürgen (1987). *Teoria de la acción comunicativa I e II*. Madri, Taurus.
- INNERARITY, Daniel (2002). *A transformação da política*. Lisboa, Teorema.
- MEDINA, Cremilda (2008). “A poética do ensaio. Fruição e reflexão sem limites”. In: *Revista Nossa América*, nº 28, Memorial da América Latina.
- _____. (2006). *O signo da relação, comunicação e pedagogia dos afetos*. São Paulo: Paulus.
- _____. (2003). *A arte de tecer o presente, narrativa e cotidiano*. São Paulo: Summus.
- _____. (1996). *Povo e personagem*. Canoas: Editora da Ulbra.
- _____. (1987). *Sonha mamana África*. São Paulo: Edições Epopéia.
- _____. (1985). *Escritor brasileiro hoje, a posse da terra*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- _____. (1983). *Viagem à literatura portuguesa contemporânea*. Rio de Janeiro: Nórdica.
- MEDINA, Cremilda & LEANDRO, Paulo Roberto (1973). *A arte de tecer o presente*. São Paulo, ECA/USP (1973).
- MEDINA, Cremilda & GRECO, Milton (orgs.) (1999). *Caminhos do Saber Plural – Novo Pacto da Ciência 7*. São Paulo: ECA-USP.
- _____. (1996). *Agonia do Leviatã. A crise do Estado Nacional. Novo Pacto da Ciência 5*. São Paulo: ECA-USP.
- MEDINA, Cremilda (org.) (1991). *Novo Pacto da Ciência, a Crise de Paradigmas*. 1º Seminário Transdisciplinar – Anais. São Paulo: ECA-USP.
- MORIN, Edgar & LE MOIGNE, Jean-Louis (2000). *A inteligência da complexidade*. São Paulo: Peirópolis.
- RESTREPO, Luis Carlos (2001). *O Direito à ternura*. Petrópolis: Vozes.

Artigo recebido em 9 de agosto de 2008.